

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ/ME Nº 61.351.532/0001-68

NIRE 35.300.052.463

FATO RELEVANTE

Leilão Rota Mogiana

São Paulo, 02 de Março de 2026— A **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**, (“Companhia” ou “A&T”), em cumprimento ao disposto no §4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/21, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na data de 27 de fevereiro de 2026, o Consórcio Rota Mogiana, liderado pela Companhia, sagrou-se vencedor do leilão promovido pelo Governo do estado de São Paulo para a concessão do sistema rodoviário denominado “Rota Mogiana”.

O Consórcio apresentou a melhor proposta econômica no certame, com oferta no valor de R\$ 1.084.842.068,71 (um bilhão, oitenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, sessenta e oito reais e setenta e um centavos).

A Companhia liderou o Consórcio por meio de seu veículo de investimentos AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA I FIP, que atualmente detém participações em outros quatro ativos de concessão no setor de saneamento, além de um ativo de concessão rodoviária, reforçando a estratégia de consolidação de portfólio no segmento de infraestrutura com receitas reguladas e previsíveis.

A concessão terá prazo de 30 (trinta) anos e abrange a administração, operação, manutenção e execução de investimentos em aproximadamente 520 (quinhentos e vinte) quilômetros de rodovias estaduais no interior do Estado de São Paulo, conectando regiões estratégicas como Campinas, Ribeirão Preto e a divisa com o Estado de Minas Gerais.

O novo contrato unifica, sob uma única concessão, trechos atualmente operados pela concessionária Renovias e pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), compreendendo segmentos das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, SP-350, SP-333, SP-338, SP-107, SP-133 e SP-225, além de contornos e acessos complementares. Inserida em relevante corredor logístico do Estado de São Paulo, a malha apresenta elevada participação de transporte de cargas e histórico consolidado de tráfego sob gestão privada ao longo de mais de duas décadas, com desempenho operacional amplamente testado e qualidade da infraestrutura existente.

A malha rodoviária concedida atravessa 22 municípios — Aguaí, Águas da Prata, Artur Nogueira, Cajuru, Campinas, Casa Branca, Cosmópolis, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Itobi, Jaguariúna, Limeira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Santa Cruz da

Esperança, Santo Antônio de Posse, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul — impactando aproximadamente 2,3 milhões de pessoas.

O contrato prevê investimentos estimados da ordem de R\$ 9 bilhões ao longo do período de concessão. O cronograma contratual contempla o primeiro ciclo de investimentos distribuído ao longo de 10 (dez) anos, refletindo a boa condição estrutural da rodovia, o que favorece a manutenção de geração de caixa operacional consistente desde os primeiros anos da concessão e contribui para uma dinâmica financeira equilibrada ao longo do contrato.

Entre as principais intervenções previstas, destacam-se:

- (i) duplicação de mais de 217 quilômetros de rodovias;
- (ii) implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais;
- (iii) construção de 86 quilômetros de vias marginais;
- (iv) implantação de 58 novas passarelas para pedestres;
- (v) construção de 129 novos dispositivos de interseção; e
- (vi) implementação do Sistema Automático Livre (“Free Flow”).

A participação da Companhia no certame está alinhada ao seu planejamento estratégico, diante da aderência do ativo aos critérios de seleção de projetos adotados pela Administração, especialmente quanto ao perfil econômico caracterizado por geração de caixa recorrente e previsível.

O capital social regulatório do primeiro ano é estimado em aproximadamente R\$ 100 milhões. A Companhia deterá participação de 50% (cinquenta por cento) no projeto, de modo que sua parcela proporcional de aporte inicial de capital, para fins de assinatura do contrato, é estimada em aproximadamente R\$ 50 milhões, em linha com sua estratégia de alocação disciplinada de capital. A estrutura de financiamento do projeto foi concebida à luz de sua imediata capacidade de geração de caixa operacional, associada a uma curva de investimentos mais alongada, qualificando o acesso ao mercado de capitais incentivado, bem como a linhas de longo prazo de bancos de desenvolvimento nacionais e/ou internacionais.

O início da vigência contratual está previsto para julho de 2026, observadas as condições precedentes previstas no edital e na legislação aplicável.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relacionados ao tema.

São Paulo, 02 de março de 2026.

Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Diretor de Relações com Investidores